



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

EDITAL Nº 01/2025

DECISÃO - RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA PELA EMPRESA PLUS BYTE AO PARECER DE PRÉ-ADJUDICAÇÃO

A Comissão de Outorga instituída pela Resolução COMAB Nº 02, de 13 de maio de 2025, no âmbito do Edital COMAB Nº 01/2025, procede à emissão de decisão referente à impugnação ao Parecer de Pré-adjudicação interposta pela empresa Plus Byte, em 02 de agosto de 2025, complementada em 03 de agosto de 2025.

I. O OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

A empresa impugnante (Plus Byte) solicita a nulidade do Parecer emitido pela Comissão de Outorga, alegando a inobservância ao ordenamento jurídico aplicável e aos princípios gerais do procedimento licitatório, entre eles os de legalidade, transparência, igualdade, razoabilidade e concorrência.

Em síntese, aduz que o critério de avaliação do certame é o de maior valor de outorga, sagrando-se vencedora aquela Licitante que, observados os procedimentos e normas descritos no Edital, ofereça o maior valor a título de outorga fixo.

Alega também que a qualificação técnica exigida para o certame foi comprovada, à luz dos documentos colacionados às fls. 20 a 39 do Envelope 2, mediante acordos com empresas especializadas, conforme o princípio da complementaridade técnica.

No que tange ao patrimônio líquido, consigna que o instrumento convocatório não previu a desclassificação automática do certame, quando apresentado em montante inferior à USD 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil dólares).

Em relação a ausência de tradução, alega que o edital admite correções formais.

Por fim, aponta que a ausência dos documentos comprobatórios, relativos aos itens 5.C e 5.D, se deu em razão de Resolução Geral 4.164, a qual substituiu a obrigatoriedade do Certificado Fiscal para Contratar da Resolução 1.814.

Diante do exposto, solicita:

- a) Que seja **anulada a recomendação constante no Parecer da Comissão Avaliadora de 31 de julho de 2025;**
- b) Que seja **reconhecida como vencedora** a proposta da PLUS BYTE S.R.L., por cumprir o critério econômico e apresentar condições técnicas e financeiras suficientes;



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

II. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, é importante consignar que o Edital consiste no ato por meio do qual se convocam os interessados em participar do certame licitatório, bem como se estabelecem as condições que irão regê-lo.

Ao estabelecer as regras de participação, determina os direitos e obrigações dos interessados em participar do certame, regulando os atos e termos do procedimento, assim como fixa as cláusulas do futuro contrato.

Assim, são exigidas qualificações, norteadas por diversos princípios fundamentais, sempre visando garantir a lisura, a impessoalidade e a eficiência do processo licitatório, de forma a avaliar a capacidade do licitante para assumir o contrato a ser firmado.

As qualificações dividem-se em jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira.

A habilitação jurídica, destina-se a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações.

A técnica objetiva investigar se o licitante detém a condição técnica suficiente para executar o objeto a ser contratado, apresentando dupla perspectiva: (i) a capacidade técnica da pessoa jurídica proponente (qualificação técnico-operacional); e (ii) a capacidade técnica do profissional responsável técnico pela execução do serviço (qualificação técnico-profissional).

Quanto às habilitações fiscal, social e trabalhista busca-se o incentivo à quitação dessas obrigações, reservando a participação nos processos de contratação pública àqueles que cumpram tais deveres.

Por seu turno, a habilitação econômico-financeira objetiva investigar a saúde, bem como a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do contrato que será firmado.

A qualificação econômico-financeira é comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, aferindo-se mediante à apresentação de: (i) balanço patrimonial; (ii) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante; (iii) relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados; (iv) capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo.

As qualificações exigidas nas licitações assumem, portanto, papel fundamental no processo licitatório, pois garantem que a Administração Pública contrate empresas com capacidade real de executar os serviços contratados.



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

A interpretação mais consentânea com os princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório é no sentido de que os licitantes devem apresentar suas propostas e todos os documentos exigidos para habilitação, tanto para comprovar a qualificação econômico-financeira como a capacitação técnico-operacional.

A Administração Pública está vinculada ao que dispõe o edital e ao princípio da legalidade, não se podendo olvidar que a não comprovação de um dos requisitos ferem às disposições do Edital.

II A. Violação do critério econômico estabelecido no Edital

A licitante alega que a Comissão de Outorga violou o Edital, posto que:

O critério de avaliação desta LICITAÇÃO é o de maior valor de CANON FIXO, sendo vencedora aquela Licitante que, observados os procedimentos e normas descritos neste EDITAL, ofereça o maior valor a título de CANON FIXO devido e a ser pago pela ADJUDICATÁRIA, considerando o valor mínimo de U\$D26.500.000,00 (vinte e seis milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos), na data base de junho/2024.

O Edital estabelece como critério de julgamento o maior valor de outorga fixa. No entanto, conforme já exposto anteriormente, o valor da outorga não pode ser considerado isoladamente como o único elemento determinante para a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

Outros fatores relevantes, como a capacidade técnica, a sustentabilidade econômico-financeira da proposta e o atendimento aos requisitos operacionais do serviço a ser concedido, também devem ser ponderados, de modo a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da legalidade, da eficiência e do interesse público.

II B. Qualificação Técnica

Os critérios de habilitação técnica prestam-se a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação, sendo indispensáveis para que a Administração se certifique de que o licitante detém, de fato, condições de atender plenamente à sua necessidade.

Nesse compasso, aduz a impugnante que os documentos apresentados, notadamente, as fls. 20 a 39 do Envelope 2, não foram detidamente analisados, uma vez que se referem a certificações e antecedentes de operações de infraestrutura similares.

No entanto, equivocou-se a impugnante, pois o acervo documental foi analisado em sua completude e profundidade, concluindo-se ausência de qualificação.

Para tanto, promoveu-se diligência no dia 23/7/2025, a fim de sanear as irregularidades e apontadas, limitando-se proponente a argumentar:

Com o objetivo de atender ao requerimento da Comissão de Avaliação referente à Habilitação Técnica, conforme o solicitado na Tabela IV do Anexo 5 do Edital de Concessão Nº 01/2025,



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

apresentamos abaixo as informações técnicas comprobatórias correspondentes a duas empresas proponentes: JS Construcciones SRL e CIS Global Services.

(...)

EMPRESA 1: JS CONSTRUCCIONES S.R.L. Especialização: Obras civis, movimentação de solo, estruturas de concreto armado e empreendimentos públicos e privados. Documentação de Habilitação Técnica apresentada: Fonte: CARPETA DE ANTECEDENTES DE OBRA.docx 1.1. Comprovação de experiência em obras similares: • Plantas industriais: manutenção predial, infraestrutura para câmaras frigoríficas e pavimentos industriais (clientes: Bimbo, Fargo, Valente). • Infraestrutura pública: construção de Skateparks, quadras esportivas, reservatórios de água e habitações unifamiliares. Plus byte Página 2 • Projetos especiais: reconfiguração de canais de drenagem e câmaras de inspeção com tecnologias específicas na planta de tratamento de água Paraná de las Palmas (U.T.E. Aguas del Paraná).

(...)

EMPRESA 2: CIS GLOBAL SERVICES Especialização: Logística integrada, despachos aduaneiros, fretes internacionais, carga de projetos, depósitos nacionais. Documentação de Habilitação Técnica apresentada: Fonte: CIS GLOBAL SERVICES - BROCHURE.pdf 2.1. Comprovação de experiência em logística de projetos: • Gerenciamento de projetos complexos nos setores de: o Energia o Mineração o Defesa o Construção o Indústria petroquímica • Participação em redes logísticas internacionais como World Freight Network e Globalia Logistics Network, com presença em mais de 135 países.

Assim, remanesceu a licitante em omissão quanto à comprovação técnica exigida nos itens 1.1 e 6 do Anexo 5 – Edital.

II C. Patrimônio Líquido

Ainda que fosse superada a discussão de incapacidade técnica da licitante, o que não é o caso, permanece a sua incapacidade econômico-financeira. O edital trouxe um critério claro e objetivo para sua aferição ao determinar que:

4 A Proponente deverá apresentar, para a comprovação da sua qualificação econômico-financeira, os seguintes documentos:

(...)

4.1 A Proponente deverá comprovar, por meio do balanço patrimonial indicado no item B da Tabela II acima, que, na data estabelecida para a entrega dos envelopes prevista no Edital, possui patrimônio líquido de, no mínimo, U\$D 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil dólares estadunidenses), na data-base de junho de 2024, referente ao balanço patrimonial do exercício de 2023.

Como já destacado anteriormente, é imprescindível a análise rigorosa da qualificação econômico-financeira das licitantes, uma vez que não se pode admitir que o Poder Concedente ignore a ausência de comprovação das condições financeiras mínimas exigidas para o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

Faz mister destacar que o valor de Patrimônio Líquido exigido no edital é estabelecido com o objetivo de dotar o grupo controlador da concessionária de higidez econômico-financeira para fazer face às obrigações de investimentos do projeto.



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

Assim, o descumprimento da qualificação econômico-financeira representa grave risco à adequada execução do objeto contratual, podendo comprometer a continuidade do serviço e, por consequência, causar prejuízos significativos à coletividade, não constituindo apenas mera formalidade, mas requisito essencial para assegurar a viabilidade e a sustentabilidade da concessão.

Diante da inquestionável repercussão negativa dessa inobservância editalícia, foi oportunizado à licitante sanar qualquer omissão em seu balanço patrimonial. Contudo a Proponente ratificou o valor declarado de Patrimônio Líquido do Exercício Social de 2023, correspondendo a USD 720.993,14 (setecentos e vinte mil novecentos e noventa e três dólares e catorze centavos), flagrantemente inferior ao mínimo estabelecido no instrumento convocatório, sendo que tal circunstância compromete sua efetiva capacidade econômico-financeira para a adequada execução do objeto licitado, rompendo com os princípios da segurança jurídica, da seleção da proposta mais vantajosa e da proteção ao interesse público.

II D. Ausência da Documentação em português

O edital de concessão determinou em seu item 6.7, I que:

6.7 Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:

I. todos os documentos que se relacionam ao Leilão deverão ser apresentados em português e espanhol e toda a documentação será compreendida e interpretada de acordo com os referidos idiomas; (grifo nosso)

No entanto, a ora impugnante ignorou as regras editalícias apresentando os volumes contendo a Garantia da Proposta, Proposta Econômica Escrita e Documentos de Qualificação somente em espanhol.

É certo que ao notar o descumprimento, realizou, extemporânea e voluntariamente, a tradução de parte insignificante do acervo documental à tradução de parte meramente insignificante do acervo documental apresentado, permanecendo, até o presente momento, a incompletude da tradução exigida, evidenciando o descaso com os ditames editalícios, comprometendo a regularidade do processo licitatório e a isonomia entre os concorrentes.

A exigência não se trata de mera formalidade, mas tem por finalidade assegurar a clareza transparência e a objetividade no julgamento das propostas, permitindo que todos os licitantes, bem como o Poder Concedente, compreendessem integralmente os documentos apresentados.

A relevância da exigência se intensifica diante do fato de tratar-se de processo de desestatização regido pelo Acordo celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, o qual visa garantir o tratamento isonômico entre as partes envolvidas, em observância ao Princípio da Igualdade entre os Estados.



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

II E. Habilitação fiscal e trabalhista

A licitante não comprovou sua regularidade fiscal para contratar na Argentina, fato este que, em que pese ter sido realizada diligência para a sua devida regularização.

Em sua argumentação limitou-se a aduzir que:

(...) informo que a Administração Federal de Ingressos Públicos (AFIP) revogou tal procedimento por meio da Resolução Geral AFIP N.º 5590/2020, a qual estabelece:

"ARTIGO 1º — Fica revogado o procedimento de solicitação do 'Certificado Fiscal para Contratar com o Estado Nacional' disposto pela Resolução Geral N.º 1.814, suas modificações e complementares."

Consequentemente, a tramitação do Certificado Fiscal para Contratar deixou de ser exigível e operacional, estando sem vigência normativa desde a data de entrada em vigor da mencionada resolução (publicada no Boletim Oficial em 20/10/2020).

No entanto, a licitante poderia ter comprovado sua regularidade fiscal, mediante a apresentação de outro tipo de documentação equivalente.

III. CONCLUSÃO

Face o acima exposto, não se vislumbra verossimilhança das alegações apresentadas pela impugnante, inexistindo qualquer fundamento legal capaz de infirmar o Parecer de Pre-Adjudicação apresentado pela Comissão de Outorga, sendo certo que a desclassificação da licitante se deu por inequívoca falta de comprovação de capacidade técnica, qualificação econômico-financeira e fiscal.

Desta feita, mantém o Parecer de Pre-Adjudicação em sua integralidade recomendando pela rejeição da oferta apresentada pela empresa Plus Byte SRL, em razão do não atendimento ao Anexo 5, bem como pela adjudicação da contratação à oferta apresentada pela empresa CS Infra S.A., por cumprir com a totalidade dos requisitos técnicos e econômicos exigidos no Edital e resultar na única oferta econômica válida recebida.

MIRIAN RAMOS QUEBAUD

Presidente da Comissão de Outorga - Representação brasileira

JUAN MANUEL IGNACIO MOTTA

Presidente da Comissão de Outorga - Representação argentina



COMAB

COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

De acordo,

RICARDO BOTANA

Presidente COMAB

VIVIANE ESSE

Secretária COMAB



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

PLIEGO N° 01/2025

DECISIÓN - RESPUESTA A LA IMPUGNACIÓN INTERPUESTA POR PLUS BYTE AL DICTAMEN PREADJUDICATIVO

La Comisión de Evaluación instituída por la Resolución COMAB N° 02, de 13 de mayo de 2025, en el ámbito del Pliego COMAB N° 01/2025, procede à emitir la decisión referente à la impugnación al Dictamen de preadjudicación interpuesto por empresa Plus Byte, con fecha 02 de agosto de 2025, complementada el 03 de agosto de 2025.

I. EL OBJETO DE LA IMPUGNACIÓN

La empresa impugnante (Plus Byte) solicita que se declare nulo el dictamen emitido por la Comisión de Evaluación, alegando que incumple el ordenamiento jurídico aplicable y los principios generales del procedimiento de licitación, entre ellos los de legalidad, transparencia, igualdad, razonabilidad y concurrencia.

En resumen, alega que el criterio de evaluación del certamen es el mayor valor de canon, y que el Oferente que, de conformidad con los procedimientos y normas descritos en el Pliego, ofrece el mayor canon fijo de es el ganador.

Alega también que las calificaciones técnicas exigidas para el certamen se acreditaron, a la luz de los documentos adjuntos a las páginas 20 a 39 del Sobre 2, mediante acuerdos con empresas especializadas, de conformidad con el principio de complementariedad técnica.

En cuanto al patrimonio neto, afirma que el pliego no preveía la descalificación automática de la oferta si el monto presentado era inferior a USD 6.500.000,00 (seis millones quinientos mil dólares).

En cuanto a la falta de traducción, alega que el pliego permite correcciones formales.

Por último, señala que la ausencia de los documentos acreditativos relativos a los ítems 5.C y 5.D responden a la Resolución General 4164, que sustituyó la exigencia del Certificado Fiscal para Contratar de la Resolución 1814.

En vista de lo anterior, se solicita:

- a) Que se **anule la recomendación contenida en el Dictamen de la Comisión de Evaluación de 31 de julio de 2025;**
- b) Que se **reconozca como ganadora** la oferta de PLUS BYTE S.R.L., por cumplir el criterio económico y presentar condiciones técnicas y financieras suficientes;



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

II. FUNDAMENTACIÓN

Inicialmente, es importante destacar que el Pliego consiste en el acto por medio del cual se invita a los interesados en participar en el proceso licitatorio, además de establecer las condiciones que van a regirlo.

Al establecer las reglas de participación, determina los derechos y obligaciones de los interesados en participar en el certamen, regulando los actos y términos del procedimiento, así como fijando las cláusulas del futuro contrato.

Así, se exigen calificaciones, guiadas por diversos principios fundamentales, siempre con vistas a garantizar la equidad, imparcialidad y eficiencia del proceso licitatorio, a fin de evaluar la capacidad del oferente para asumir el contrato a ser firmado.

Las calificaciones se dividen en jurídica, técnica, fiscal, laboral y económico-financiera.

La habilitación jurídica tiene por objeto demostrar la capacidad del oferente para ejercer derechos y asumir obligaciones.

La técnica tiene como objetivo investigar si el oferente tiene capacidad técnica suficiente para llevar a cabo el objeto a contratar, desde dos perspectivas: (i) la capacidad técnica de la persona jurídica oferente (calificación técnico-operativa); y (ii) la capacidad técnica del profesional técnicamente responsable de la ejecución de la prestación de servicio (calificación técnico-profesional).

En cuanto a las calificaciones fiscal, social y laboral, se pretende incentivar el cumplimiento de estas obligaciones, reservando la participación en los procesos de contratación pública a quienes las cumplan.

Por su parte, la calificación económico-financiera pretende investigar la salud y aptitud económica del oferente para cumplir con las obligaciones derivadas del contrato que se suscriba.

La calificación económica y financiera se comprueba objetivamente, mediante coeficientes e índices económicos previstos en el pliego, debidamente justificados en el proceso de licitación, y se mide presentando: (i) balance; (ii) certificado de no quiebra emitido por el distribuidor de la sede del oferente; (iii) relación de los compromisos asumidos por el licitador que puedan reducir su capacidad económica y financiera, excluyendo las partes ya ejecutadas en contratos firmados; (iv) capital mínimo o patrimonio neto mínimo.

Las calificaciones exigidas en los concursos juegan, por tanto, un papel fundamental en el proceso de licitación, ya que garantizan que la Administración Pública contrata a empresas con capacidad real para llevar a cabo los servicios contratados.

La interpretación más acorde con los principios de legalidad y vinculación al procedimiento de licitación es que los licitadores deben presentar sus ofertas y todos los



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

documentos exigidos para su calificación, tanto para acreditar su aptitud económica y financiera como su capacidad técnica y operativa.

La Administración Pública está vinculada por lo dispuesto en el pliego y por el principio de legalidad, y no puede olvidarse que la falta de acreditación de alguno de los requisitos vulnera lo dispuesto en el pliego.

II A. Incumplimiento del criterio económico establecido en el Pliego

El oferente alega que la Comisión de Evaluación violó el Pliego, ya que:

El criterio de evaluación de esta LICITACIÓN es el mayor valor de CANON FIJO, siendo el Oferente ganador aquel que, observando los procedimientos y reglas descritos en este PLIEGO, ofrezca el mayor valor como CANON FIJO debido y a ser pagado por el ADJUDICATARIO, considerando el valor mínimo de U\$D26.500.000,00 (veintiséis millones quinientos mil dólares americanos), en la fecha base de junio/2024.

El pliego establece como criterio de juzgamiento el mayor canon fijo. Sin embargo, como se explicó anteriormente, el valor del canon no puede ser considerado aisladamente como el único elemento determinante para la adjudicación del oferente ganador.

También deberán ponderarse otros factores relevantes, como la capacidad técnica, sostenibilidad económico-financiera de la oferta y el cumplimiento de los requisitos operativos del servicio a conceder, con el fin de garantizar la selección de la propuesta más ventajosa para la Administración Pública, de acuerdo con los principios de legalidad, eficiencia e interés público.

II B. Calificación Técnica

Los criterios de calificación técnica tienen por objeto acreditar que el oferente dispone de la calificación técnica necesaria para la buena ejecución del contrato, y son indispensables para que la Administración se asegure de que el oferente es efectivamente capaz de satisfacer plenamente sus necesidades.

En este contexto, el impugnante alega que los documentos presentados, especialmente las páginas 20 a 39 del Sobre 2, no han sido analizados en profundidad, ya que hacen referencia a certificaciones y experiencia previa en operaciones de infraestructuras similares.

Sin embargo, el impugnante se equivoca, ya que los documentos fueron analizados en su totalidad y en profundidad, concluyendo que no estaban calificados.

Para tal efecto, el 23 de julio de 2025 se llevó a cabo una diligencia a fin de subsanar las irregularidades señaladas, limitándose el oferente a argumentar:

A fin de dar cumplimiento a lo solicitado por la Comisión de Evaluación respecto de la Calificación Técnica, conforme lo solicitado en el Cuadro IV del Anexo 5 del Pliego N° 01/2025, se presenta a continuación la información técnica correspondiente a dos empresas oferentes: JS Construcciones SRL y CIS Global Services.

(...)



COMAB

COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

EMPRESA 1: JS CONSTRUCCIONES S.R.L. Especialidad: Obra civil, movimiento de tierras, estructuras de hormigón armado y emprendimientos públicos y privados. Documentación de Calificación Técnica presentada: Fuente: CARPETA DE ANTECEDENTES DE OBRA.docx

1.1. Acreditación de experiencia en obras similares: • Plantas industriales: mantenimiento de edificios, infraestructuras para cámaras frigoríficas y suelos industriales (clientes: Bimbo, Fargo, Valente). • Infraestructuras públicas: construcción de skateparks, pistas deportivas, depósitos de agua y viviendas unifamiliares. • Proyectos especiales: reconfiguración de canales de drenaje y cámaras de inspección con tecnologías específicas en la planta de tratamiento de aguas del Paraná de las Palmas (U.T.E. Aguas del Paraná).

(...)

EMPRESA 2: CIS GLOBAL SERVICES Especialización: Logística integrada, intermediación aduanera, fletes internacionales, cargas de proyecto, almacenes nacionales. Documentación Técnica de Calificación presentada: Fuente: CIS GLOBAL SERVICES - BROCHURE.pdf 2.1. Experiencia comprobada en logística de proyectos. Acreditación de experiencia en logística de proyectos: • Gestión de proyectos complejos en los siguientes sectores: o Energía o Minería o Defensa o Construcción o Industria petroquímica • Participación en redes logísticas internacionales como World Freight Network y Globalia Logistics Network, con presencia en más de 135 países.

Así pues, el oferente seguía sin presentar las pruebas técnicas exigidas en los puntos 1.1 y 6 del Anexo 5 - Pliego.

II C. Patrimonio Neto

Incluso si se superara la discusión sobre la incapacidad técnica del oferente, que no es el caso, su incapacidad económica y financiera permanece. El pliego proporciona un criterio claro y objetivo para evaluarla cuando afirma que:

4 La Oferente deberá presentar, para la comprobación de su calificación económico-financiera, los siguientes documentos:

(...)

4.1 La Oferentes deberá comprobar, mediante el balance patrimonial indicado en el ítem B de la Tabla II anterior, que, en la fecha establecida para la entrega de los sobres prevista en el Pliego, posee un patrimonio neto de, como mínimo, U\$D 6.500.000,00 (seis millones quinientos mil dólares estadounidenses), a la fecha base de junio de 2024, referente al balance patrimonial referente al ejercicio de 2023

Como se señaló anteriormente, es fundamental analizar rigurosamente las calificaciones económicas y financieras de los oferentes, pues es inaceptable que el Poder Concedente ignore la falta de comprobación de las condiciones financieras mínimas exigidas para el fiel cumplimiento de las obligaciones contractuales.

Cabe destacar que el patrimonio neto exigido en el pliego se establece con el objetivo de dotar al grupo controlador del concesionario de la salud económica y financiera necesaria para hacer frente a las obligaciones del contrato.

Así, el incumplimiento de la calificación económico-financiera representa un grave riesgo para la correcta ejecución del objeto contractual, que podría poner en peligro la continuidad del servicio y, en consecuencia, causar importantes perjuicios a la



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

colectividad, y no se trata de una mera formalidad, sino de un requisito esencial para garantizar la viabilidad y sostenibilidad de la concesión.

Dadas las incuestionables repercusiones negativas de este incumplimiento del pliego, se dio al oferente la oportunidad de subsanar cualquier omisión en su balance. Sin embargo, el oferente ratificó el valor declarado de su patrimonio neto para el ejercicio 2023, correspondiente a USD 720.993,14 (setecientos veinte mil novecientos noventa y tres dólares con catorce centavos), que es flagrantemente inferior al mínimo establecido en el pliego, circunstancia que compromete su efectiva capacidad económica y financiera para la correcta ejecución del objeto licitado, quebrantando los principios de seguridad jurídica, selección de la oferta más ventajosa y protección del interés público.

II D. Ausencia de la Documentación en portugués

El pliego de concesión establece en el punto 6.7, I que:

6.7 Los documentos deberán ser presentados en lenguaje claro, sin enmiendas, tachaduras, interlineados o reservas, y deberán cumplir con las siguientes reglas relativas al idioma:

I. **todos los documentos relativos al Pliego deberán ser presentados en portugués y español** y toda la documentación se entenderá e interpretará de acuerdo con dichos idiomas; (énfasis añadido)

Sin embargo, el impugnante ignoró las reglas del pliego al presentar los sobres que contienen la Garantía Oferta, la Oferta Económica Escrita y los Documentos de Calificación únicamente en idioma español.

Es cierto que cuando se percató del incumplimiento, tradujo extemporánea y voluntariamente una parte insignificante de los documentos presentados, y el carácter incompleto de la traducción requerida permanece hasta el día de hoy, mostrando su desprecio por las reglas del pliego, poniendo en riesgo la regularidad del proceso licitatorio y la isonomía entre los oferentes.

El requisito no es una mera formalidad, sino que pretende garantizar la claridad, transparencia y objetividad en el juicio de las ofertas, permitiendo a todos los licitadores, así como a la Autoridad Concedente, la plena comprensión de los documentos presentados.

La relevancia del requisito se intensifica por tratarse de un proceso de desestatización regido por el Acuerdo firmado entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República Argentina, que tiene por objeto garantizar el tratamiento isonómico entre las partes involucradas, en cumplimiento del Principio de Igualdad entre los Estados.

II E. Habilitación tributaria y laboral

La oferente no acreditó estar en condiciones fiscales de contratar en Argentina, a pesar de que se realizaron las debidas diligencias para asegurar que se encontraba debidamente regularizado.



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

En sus alegaciones se limitó a afirmar que:

(...) Hago saber que la Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP) ha derogado dicho procedimiento mediante la Resolución General AFIP N° 5590/2020, que establece:

"ARTICULO 1º - Derogase el procedimiento para solicitar el "Certificado Fiscal para Contratar con el Estado Nacional" previsto en la Resolución General N° 1.814, sus modificatorias y complementarias."

En consecuencia, deja de ser exigible y operativo el procedimiento para el Certificado Fiscal para Contratar, el cual no se encuentra vigente desde la fecha de entrada en vigor de la citada resolución (publicada en el Boletín Oficial el 20/10/2020).

Sin embargo, la oferente podría haber probado su regularidad fiscal presentando otro tipo de documentación equivalente.

III. CONCLUSIÓN

En virtud de lo expuesto, no resultan apreciables ni contundentes las alegaciones formuladas por el impugnante, no existiendo fundamento legal alguno capaz de desvirtuar el Dictamen de Preadjudicación presentado por la Comisión de Evaluación, siendo cierta la descalificación del oferente por falta inequívoca de acreditación de capacidad técnica, calificación económico-financiera y tributaria.

Por ello, confirma íntegramente el Dictamen de Preadjudicación, recomendando el rechazo de la oferta presentada por Plus Byte SRL, por incumplimiento del Anexo 5, así como la adjudicación del contrato a la oferta presentada por CS Infra S.A., por cumplir con todos los requisitos técnicos y económicos exigidos en el Pliego y resultar la única oferta económica válida recibida.

Documento assinado digitalmente
gov.br MIRIAN RAMOS QUEBAUD
Data: 05/08/2025 16:22:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MIRIAN RAMOS QUEBAUD

Presidente de la Comisión de Evaluación – Representación brasileña

JUAN MANUEL IGNACIO MOTTA

Presidente de la Comisión de Evaluación – Representación argentina



COMAB
COMISSÃO MISTA ARGENTINO-BRASILEIRA
PARA A PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ
COMISIÓN MIXTA ARGENTINO-BRASILEÑA
PARA EL PUENTE INTERNACIONAL SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

De acuerdo,

Ricardo Botana
Presidente COMAB

Documento assinado digitalmente
gov.br VIVIANE ESSE
Data: 05/08/2025 18:18:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Viviane Esse
Secretária COMAB



República Argentina - Poder Ejecutivo Nacional
AÑO DE LA RECONSTRUCCIÓN DE LA NACIÓN ARGENTINA

Hoja Adicional de Firmas
Informe Gráf. con Firma Conjunta TAD

Número:

Referencia: PLIEGO N° 01/2025 DECISIÓN - RESPUESTA A LA IMPUGNACIÓN INTERPUESTA POR PLUS
BYTE AL DICTAMEN PREADJUDICATIVO

El documento fue importado por el sistema GEDO con un total de 14 pagina/s.